

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.909 - SP (2019/0165201-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
RECORRENTE : ELIANE MARIA DE CASTRO PERES (PRESO)
RECORRENTE : JEAN FELIPE BARBOSA MARTINS (PRESO)
ADVOGADOS : VINICIUS SANTOS BRITO E OUTRO(S) - BA047411
EMANUELLA MARIA SOUZA DE SOUZA - BA055232
ANA PAULA ALVARES TRAVASSOS PERCILIO - BA054120
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ELIANE MARIA DE CASTRO PERES e JEAN FELIPE BARBOSA MARTINS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2092693-08.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que os Recorrentes foram presos preventivamente em 30/08/2018 (fls. 55-59) e posteriormente denunciados pela prática, em tese, dos delitos previstos nos arts. 2.º da Lei n.º 12.850/2013 e 171, *caput*, do Código Penal (por 18 vezes) por fazerem parte, supostamente, de uma organização criminosa "[...] *estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, com objetivo de obter vantagem ilícita por meio de anúncios fraudulentos (estelionato) em plataforma de vendas pela internet (mercado livre), fazendo vítimas em todas as regiões do país*" (fl. 60).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* na origem, cuja ordem foi denegada pela Corte estadual, nos termos do acórdão de fls. 42-54.

Nas razões do presente recurso, os Recorrentes alegam:

a) a inépcia da denúncia (fls. 5-8) – argumentando a "*falta de lastro probatório nos respectivos delitos de crime continuado e organização criminosa*" (fl. 7). Assevera a existência de conflito entre a causa de pedir e o pedido, pois (fl. 6):

"Na causa de pedir, o parquet discorre sobre crimes ocorridos em outras localidades da comarca de São Paulo, baseado num relatório apócrifo da polícia investigativa incompetente, tal qual limitava-se a sua circunscrição ao município de Teodoro Sampaio/SP, origem de um único crime de Estelionato, fato comprovado da sua competência, em asseverar, somente, com registro de Boletins de Ocorrência das outras localidades, com o mesmo modus operandi, sem conclusão da autoridade competente.

Com isso, sem apresentação das conclusões dos supostos inquéritos inquisitoriais das diversas comarcas alienígenas, sem

apresentação de provas conclusiva das tais, o nobre parquet acusa-os. Simples assim. Pura leviandade!

E o que torna, de fato, inepta, em partes, a peça incoativa é o pedido, a conclusão; o parquet só possui lastro probatório para o fato ocorrido em Teodoro Sampaio/SP, um fato típico contra uma única pessoa com danos materiais de R\$6.000,00 (seis mil reais)."

b) a ausência dos requisitos para decretação da prisão preventiva e a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão (fls. 8-25) – alegam que possuem condições pessoais favoráveis, pois são primários, possuem bons antecedentes, profissão definida e residência fixa, e que é vedada "*a prisão cautelar com fulcro na gravidade abstrata do crime*" (fl. 9). Acrescentam que "*a medida cautelar restritiva de liberdade exige do magistrado fundamentos firmes constantes dos autos, o que não é o caso*" (fl. 23).

Afirmam, ainda, que a prisão preventiva seria necessária "[...] *caso as medidas outras (alternativas previstas no art. 319 do CPP) não fossem suficientes ao processo ou sociedade - que, data maxima vênia, jamais reverberou-se*" (fl. 23); e

c) excesso de prazo na formação da culpa (fls. 25-33) – assinalam que "[d]e fato evidenciou *sim desídia do estado em dar celeridade ao feito, por causa de inúmeras petições de repúdio dos defensores dos demais acusados, bem como dos pacientes, em colocar em pauta a ação penal, visto que a maioria está presa por mais de 8 meses, desnecessariamente*" (fl. 26).

Ao final, formulam a seguinte pretensão (fls. 35-36; grifos no original):

a) [...] ab ovo, a concessão da LIMINAR da ordem, para que seja revogada sua prisão preventiva, dando-lhes o ALVARÁ DE SOLTURA, em razão da ausência dos pressupostos inserta no artigo 312 do CPP e da ausência dos requisitos necessários à manutenção da prisão cautelar, e presentes os pressupostos inerentes a **Tutela de urgência**; bem como sua manutenção ter sido protraída por uma decisão sem fundamentação plausível e sem enfrentar as argumentações no pedido aventado;

b) Trancamento do processo penal referente ao crime continuado, 18 vezes, e organização criminosa por inépcia da denúncia entre a causa de pedir e pedido;

[...]

d) *Se não for o entendimento, para o pedido anterior, em razão da ausência dos pressupostos do art.312 do CPP, mas o previsto no art. 282, §6º, do CPP, ocorra a revogação da preventiva para a substituição de outras medidas cautelares;*

É o relatório.

Passo a decidir o pedido urgente, que se restringe à revogação da prisão preventiva em razão da alegada ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Quanto à Recorrente **ELIANE MARIA DE CASTRO PERES**, os temas concernentes aos requisitos da prisão preventiva e à substituição da segregação por medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal já foram examinados por esta Sexta Turma no julgamento do **RHC n.º 106.195/SP** (Julgado em 26/03/2019, DJe de 09/04/2019), de minha relatoria, tendo o recurso sido desprovido.

De igual modo, quanto ao Recorrente **JEAN FELIPE BARBOSA MARTINS**, a pretensão foi analisada por esta Corte no julgamento do **RHC n.º 107.164/SP** (julgado em 07/05/2019, DJe 20/05/2019), assim ementado:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (ART. 2.º DA LEI N.º 12.850/2013) E ESTELIONATO (POR 18 VEZES). PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. DESCABIMENTO. PRISÃO DOMICILIAR. ART. 318, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. AUSÊNCIA DE REQUISITO OBJETIVO. FILHA MAIOR DE 12 (DOZE) ANOS. EXTENSÃO DE BENEFÍCIO CONCEDIDO A CORRÉUS E SUPOSTA AÇÃO POLICIAL TENDENTE A PREJUDICAR OS RECORRENTES. MATÉRIAS NÃO EXAMINADAS PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DESPROPORÇÃO ENTRE A PRISÃO CAUTELAR E A PENA DECORRENTE DE EVENTUAL CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

*1. A análise da pretensão referente aos requisitos da prisão preventiva e à substituição da segregação por medidas cautelares diversas se restringe ao Recorrente **JEAN FELIPE BARBOSA MARTINS**, pois, quanto à Recorrente **ELIANE MARIA DE CASTRO PERES**, tal pleito já foi examinado no julgamento de outro recurso por ela interposto.*

2. A custódia cautelar foi devidamente fundamentada, nos exatos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública.

3. Com efeito, conforme assinalado na decisão decretatória da prisão preventiva, o Recorrente seria integrante de organização criminosa que agiria de forma estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, cujos membros 'fizeram uso do site Mercado Livre para anúncios fraudulentos de venda de veículos, especificamente caminhões, tratores e caminhonetes, angariando clientes interessados de

todas as regiões do país pelo alcance da plataforma de *internet*, alimentando os anúncios com imagens de veículos inexistentes e com dados de um fictício vendedor. '

4. *Demonstradas pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não é possível a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas no art. 319 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei n.º 12.403/2011.*

[...]

8. *Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido.*" (RHC 107.164/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 20/05/2019; sem grifos no original.)

A propósito, consta do acórdão recorrido que: "*a pretensão quanto a revogação da prisão preventiva já foi analisada na impetração de nº 2248515-24.2018.8.26.0000, no v. Acórdão proferido por esta Colenda Câmara, quando por unanimidade foi mantida a prisão preventiva dos pacientes*" (fl. 53).

Nesse contexto, em juízo prelibatório, não se verifica a existência de *fumus boni iuris* a ensejar a concessão da liminar requerida, mormente porque esta Corte possui entendimento no sentido de que "*não pode ser conhecida a impetração que veicula mera reiteração de pedido já formulado em writ anteriormente impetrado nesta Corte*" (AgRg no HC 286.354/AC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2014, DJe 23/05/2014).

As demais matérias suscitadas, inerentes ao mérito do recurso, serão objeto de análise após a completa instrução do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo de primeiro grau, nas quais deverão constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora